

NOTA INTRODUTÓRIA E AGRADECIMENTOS	7
PREFÁCIO	11
PREFACE.....	13
APRESENTAÇÃO.....	15
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	17
INTRODUÇÃO	25

PARTE 1 A LÓGICA DO TRATAMENTO DOS CREDORES NA INSOLVÊNCIA

1. O PROCEDIMENTO DE INSOLVÊNCIA E SUA RACIONALIDADE	33
1.1. Análise dos fundamentos jurídicos e da lógica econômica da insolvência.....	34
1.1.1. O tratamento coletivo e sua lógica econômica.....	36
1.1.2. A lei de insolvência e seu papel no mercado.....	41
1.1.3. Algumas aspirações do direito da insolvência com relação à tutela do crédito.....	48
1.1.4. Os princípios do direito da insolvência.....	50
1.2. A dificuldade de se definir o estado de insolvência.....	53
1.2.1. A impossibilidade de pagamento.....	55
1.2.2. A falta de liquidez.....	56
1.2.3. O tratamento da Lei Brasileira.....	59
1.3. A relevância jurídica do momento do pedido de falência.....	61
1.3.1. A viabilidade da empresa como racionalidade econômica ...	62
1.3.2. O momento do pedido de abertura do pedido de falência...	63
1.3.2.1. O Überschuldung do direito alemão.....	65

1.3.2.2.	A proteção contra o aumento de risco para os credores	66
1.4.	O reflexo dessas discussões a propósito da funcionalidade das regras de ineficácia e revogação dos negócios jurídicos na insolvência	68
2.	A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E A EVOLUÇÃO DO INSTITUTO NA INSOLVÊNCIA	71
2.1.	Algumas diretrizes sobre a evolução da matéria no direito da insolvência	71
2.1.1.	O Estatuto Elizabeth de 1571	72
2.1.2.	O período suspeito	74
2.1.3.	Da fraude às preferências: a contribuição da jurisprudência inglesa no desenvolvimento da matéria na insolvência	76
2.1.4.	A fraude construtiva	79
2.1.5.	<i>A objetivação da fraude e do eventus damni</i>	80
2.2.	O desenvolvimento da matéria no direito brasileiro	83
2.2.1.	A recepção no Código Comercial de 1850	84
2.2.2.	A fraude e as nulidades <i>ex lege</i>	86
2.2.3.	A consagração das ineficácias	91
2.2.4.	A preparação para a Lei 11.101, de 2005	95
2.3.	O atual tratamento da matéria e alguns avanços consagrados pelo direito brasileiro	99
2.3.1.	O período suspeito e o reconhecimento da falência iminente	101
2.3.2.	Exclusão da limitação valorativa para a ineficácia de atos gratuitos praticados pelo devedor	101
2.3.3.	A “objetivação” das ineficácias	102
2.4.	Breve análise da estrutura jurídica do atual tratamento da matéria pelo direito brasileiro	104
2.4.1.	A ineficácia objetiva tratada no art. 129	105
2.4.1.1.	O pagamento de dívidas não vencidas	106
2.4.1.2.	O pagamento de dívidas vencidas e exigíveis por forma que não seja a prevista pelo contrato	107
2.4.1.3.	A constituição de direito real de garantia	108
2.4.1.4.	Os atos gratuitos	109
2.4.1.5.	Renúncia à herança ou a legado	110

2.4.1.6.	A venda ou transferência de estabelecimento sem o consentimento dos credores.....	111
2.4.1.7.	Os registros de direitos reais e de transferência de propriedade após a decretação da falência	113
2.4.2.	A revocatória falimentar tratada no art. 130	114

PARTE 2

A RACIONALIDADE E OS LIMITES DAS REGRAS DE INEFICÁCIA E REVOGAÇÃO NA INSOLVÊNCIA

3.	ENQUADRAMENTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO E ECONÔMICO	119
3.1.	O papel da ação pauliana na moldura do instituto	122
3.2.	A controversa natureza jurídica da revocatória falimentar	123
3.3.	A racionalidade jurídica e econômica das regras de ineficácia no ordenamento	126
3.3.1.	A preservação da <i>par condicio creditorum</i>	128
3.3.2.	O interesse dos credores como fundamento	130
3.3.3.	A teoria da barganha	131
3.3.4.	A incompletude da teoria da barganha	133
3.4.	A necessária proteção contra o aumento do risco	135
3.4.1.	A concorrência entre os credores e o oportunismo do devedor	136
3.4.2.	O risco de oportunismo do devedor na proximidade da insolvência	138
3.4.3.	A busca de abordagens explicativas <i>ex ante</i> e <i>ex post</i>	140
3.4.3.1.	Análise <i>ex ante</i> : Regular assimetria de informação ..	142
3.4.3.2.	Análise <i>ex post</i> : evitar a destruição de valor	144
3.4.4.	Estrutura de incentivos e o critério econômico como fundamento das regras de revogação no sistema de insolvência ..	147
3.5.	Articulação dos pressupostos objetivos e subjetivos	149
3.5.1.	O prejuízo para os credores	150
3.5.1.1.	A relevância da situação econômica do devedor no momento do negócio jurídico	151
3.5.1.2.	O nexo de causalidade entre o ato jurídico e o prejuízo	152
3.5.2.	O período de aplicação no tempo	154
3.5.3.	O elemento subjetivo	156

4.	CRÍTICA AO REGIME ATUAL NO DIREITO BRASILEIRO	159
4.1.	A necessidade de aprofundamento teórico no sistema de insolvência	159
4.1.1.	A imbrincada relação entre a revocatória falimentar e a ação pauliana	160
4.1.2.	Análise sistemática	161
4.1.3.	A ineficácia como consequência legal	165
4.2.	O obsoleto art. 129	166
4.2.1.	As limitações do rol taxativo	167
4.2.2.	O tratamento das preferências	167
4.2.3.	A falta de previsão sobre o pagamento ou garantia dos débitos vencidos: as chamadas “coberturas congruentes”	169
4.2.3.1.	Exceções à regra	171
4.3.	As dificuldades valorativas e probatórias do art. 130	173
4.3.1.	A centralidade do papel do terceiro que contrata com o devedor	173
4.3.2.	A mudança histórica de paradigma: da fraude ao conhecimento da insolvência	174
4.3.3.	A relevância jurídica do conhecimento em outras legislações de insolvência	176
4.3.4.	O conhecimento da insolvência como lógica do conluio fraudulento	182
4.3.5.	O desconhecimento negligente e sua interpretação lógica ...	182
4.3.5.1.	A inversão do ônus da prova	185
4.3.6.	Presunções e sinais de evidência	186
4.3.6.1.	Os atos de falência	186
4.4.	As lacunas da Lei Brasileira	189
4.4.1.	Os negócios subvalorizados	189
4.4.2.	As omissões do devedor	194
4.4.3.	O tratamento das pessoas especialmente relacionadas com o devedor	196
4.4.4.	O agravamento do problema pela falta de previsão sobre a abertura do pedido de insolvência e o aumento de risco para os credores	200

4.5.	O esvaziamento da revocatória falimentar: A desconsideração da personalidade jurídica como via transversal de solução para os problemas apontados	203
4.5.1.	A proteção dos credores na falência	205
4.5.2.	A desconsideração da personalidade jurídica como via transversal para superação das dificuldades probatórias da revocatória falimentar	205
4.5.3.	A revocatória falimentar e sua especial teleologia	207
4.5.4.	Os diferentes pressupostos e consequências	208
5.	PERSPECTIVAS DE <i>LEGE LATA</i> E DE <i>LEGE FERENDA</i> PARA MELHORIA DO INSTITUTO NO DIREITO BRASILEIRO	213
5.1.	O alinhamento da Lei Brasileira com a Proposta de Diretiva da União Europeia	214
5.2.	As preferências	220
5.2.1.	A relevância de uma disposição sobre “dívidas vencidas e exigíveis”	221
5.2.2.	Análise sistemática de alguns dispositivos da Lei Brasileira ...	223
5.2.3.	O tratamento do Guia Legislativo da UNCITRAL e da Proposta de Diretiva da União Europeia	224
5.2.4.	Sugestão de <i>lege ferenda</i> : inclusão do art. 129-A	225
5.3.	O elemento subjetivo	225
5.3.1.	A importância da fraude como conceito “ético” e não “psicológico”	226
5.3.2.	Análise sistemática de alguns dispositivos da Lei Brasileira ...	227
5.3.3.	O tratamento do Guia Legislativo da UNCITRAL e a Proposta de Diretiva da União Europeia	228
5.3.4.	Sugestão de <i>lege ferenda</i> : alteração do art. 130	230
5.4.	Os negócios subvalorizados	230
5.4.1.	O tratamento do Guia Legislativo da UNCITRAL e da Proposta de Diretiva da União Europeia	231
5.4.2.	Sugestão de <i>lege ferenda</i> : inclusão do art. 130-A	232
5.5.	Partes especialmente relacionadas com o devedor	232
5.5.1.	Análise sistemática de alguns dispositivos da Lei Brasileira ...	234
5.5.2.	O tratamento do Guia legislativo UNCITRAL e da Proposta de Diretiva da União Europeia	235
5.5.3.	Sugestão de <i>lege ferenda</i> : inclusão do art. 130-B	236

CONCLUSÃO.....	239
REFERÊNCIAS	243
ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO.....	265